

## ECONOMIA E FINANÇAS

### *Confederação Econômica*

CELSO DE MAGALHÃES

Os traços característicos da economia do Brasil, nestas últimas décadas, têm a rapidez e a variedade de suas mutações, sem fixidez de rumo.

Assim sendo, caberia adotar-se uma política econômica que acelerasse a elevação da renda nacional e, sem perder de vista o crescimento do mercado interno, assegurasse um nível adequado de exportação, até o término dessa fase de transição estrutural.

Todavia, não se vislumbram ainda os contornos da estrutura que, inevitavelmente, haverá de firmar-se no futuro.

Mas não seria desnecessário dizer alguma coisa a respeito dela.

O Brasil é considerado, pelas grandes potências econômicas, país subdesenvolvido.

Ora, o conceito de subdesenvolvimento é variável. Entendem uns que país subdesenvolvido é país pobre; outros, que é país de formação recente, novo.

A noção de pobreza prende-se, evidentemente, ao padrão de vida que um povo desfruta em relação a outros. É, pois, elemento relativo, cujo conhecimento resulta de uma comparação entre rendas "per capita".

Por êsse critério, o Brasil é país pobre, como pobres são todos os países da América Latina, com exceção da Argentina, do Uruguai, da Venezuela e de Cuba; como pobres são ainda muitos países da Europa, quase todos os da Ásia e todos os da África inteira.

Vê-se, portanto, que o conceito amplia demais.

Assim sendo, é forçoso concluir que a comparação das rendas "per capita" é critério falho. O que se obtém com ela é, quando muito, conhecer a possibilidade para um povo de auferir determinado padrão de vida, mas não a prova de que êle usufrui, realmente, êsse padrão.

Há países de elevada renda "per capita", cujas populações não gozam das vantagens de um nível superior de vida. Isso é consequência de uma distribuição defeituosa da renda, aliás, da concentração de grande parte dela em poucos indivíduos ou classes.

Segundo conclusões levadas a efeito pela O.N.U., país subdesenvolvido é aquele cujos recursos estão muito aquém da utilização total, face aos conhecimentos técnicos para o respectivo emprêgo.

Nesta nova forma de avaliar há uma vantagem, porque ela foge à relatividade das rendas "per capita", de país para país, o que faz depender o conceito de pobreza de outro conceito também não fixado, que é o de riqueza.

Por esse novo critério, qualquer país, seja ele qual fôr, tenha ou não elevada renda "per capita", pode ser considerado subdesenvolvido, desde que o aproveitamento de seus recursos não se faça mediante os processos técnicos mais modernos, porquanto, nesse caso, sua renda global seria ainda passível de aumento.

Assim sendo, o Brasil é país subdesenvolvido, pois muito se poderá ainda fazer nele para aumentar-lhe o grau de produtividade econômico.

Mas há outro aspecto a considerar.

Um país está em *crescimento econômico*, quando sua população e renda global vão aumentando constantemente; e está em *progresso econômico*, quando vai crescendo sua renda "per capita".

Considerando que população e renda podem variar em sentidos e intensidades diferentes, é vantajoso reunir no conceito de crescimento econômico ambas as definições. Assim, se a renda "per capita" fôr ascendente, haverá crescimento; se fôr fixa, haverá estacionamento; se estiver diminuindo, haverá decréscimo econômico.

E' fácil concluir que, enquanto *crescimento* é aumento da renda "per capita", proporcionalmente ao aumento da população, *desenvolvimento* será a recuperação da diferença entre a renda "per capita", de um país considerado pobre, e a renda "per capita", de outro país considerado rico.

Desenvolvimento é, portanto, recuperação de um atraso, crescimento acelerado.

Assim exposta a questão, o Brasil está em *crescimento acelerado*.

E por ser o Brasil um país em fase de crescimento acelerado, o que nele ora se verifica é um enorme esforço para recuperação do atraso em que se encontra, relativamente a outros países, onde a técnica atingiu a níveis muito mais elevados.

Mas cada país possui um ritmo de desenvolvimento ideal, que varia com os aspectos da conjuntura. Evidentemente, não atingiu o Brasil ainda o limite que as condições lhe teriam impôsto para esse ritmo.

Todavia, o ritmo da expansão não pode deixar de obedecer à estrutura econômica do país; embora necessário o crescimento acelerado, não seria possível ultrapassar certo limite, ainda que à custa de elementos provindos do exterior.

E' preciso ajustar os objetivos aos meios, às peculiaridades internas do país, à situação que lhe cabe no sistema econômico mundial.

Nenhum país — como se tem feito, não raro, entre nós — pode evoluir sem planos, entregando-se a obras sem estudo de conjunto, para que se atendam à importância do empreendimento e às disponibilidades de recursos.

Verdadeiro continente que é, por muito tempo permaneceu o Brasil com uma economia de caráter internacional.

Com efeito, o espírito aventureiro do colonizador português provocou a exploração desordenada do território brasileiro. Os eixos de penetração, com base na costa, invadiam o interior em busca de riquezas fáceis. E nesse afan de conquistar para gozo imediato, foi disseminando núcleos que, separados uns dos outros por enormes distâncias, se mantinham isolados, necessitando de auto-suficiência.

Separados por grandes espaços vazios, não permitiam tais núcleos, entre eles, mobilidade dos fatores de produção, elemento distintivo das economias unificadas, de caráter nacional. Sem essa mobilidade dos fatores de produção, assumia cada núcleo o aspecto econômico de verdadeiro país, processando-se, entre eles, quando possível, um intercâmbio em tudo semelhante ao comércio internacional.

Havendo ultrapassado a fase da economia primária, inaugurou-se, no país, a era capitalista, com o advento das ferrovias. À primeira vista, seria essa a oportunidade para mudar radicalmente o caráter dominante na economia nacional. Acontece, porém, que as ferrovias foram lançadas nos mesmos moldes dos antigos eixos de penetração: fazendo base no litoral, penetravam o interior em busca dos antigos núcleos de povoação já existentes.

Isso deixou inalterável o sistema de zonas autônomas dos tempos coloniais, fazendo continuar a separação econômica anterior e as características do comércio internacional que ainda se verificam entre elas.

Por muito tempo se manteve o parque ferroviário brasileiro constituído de várias redes independentes, cuja finalidade precípua parecia consistir apenas em carrear para a costa a produção do interior.

A simples diversidade de bitolas demonstra que, nos respectivos traçados, jamais cogitou a engenharia das estradas de ferro do Brasil da indispensável unificação que faria extinguir o alheamento econômico de uma para outras zonas do território nacional.

Mas se o fizesse, seria isso um bem?

Vejamo-lo.

Os processos de industrialização crescente conduziram ao estabelecimento da proteção aduaneira, no país, estimulando a circulação interna como seu corolário indispensável.

Essa proteção aduaneira é, evidentemente, um início de unificação econômica. A união que daí resultou entre as antigas zonas até então auto-suficientes equivalia, sem dúvida, a uma perfeita integração de países em graus diferentes de desenvolvimento.

E isto faz prova, ainda, a diferença da renda "per capita" entre as várias unidades da Federação, até hoje existente.

Ora, toda união aduaneira conduz a modificações de ordem econômica. E' consequência dela, por exemplo, o desaparecimento de indústrias que produzem a custos elevados, relativamente a indústrias congêneres que produzem a baixos preços de custo; é por causa dela que a mão-de-obra se desloca de uma para outra região, onde sejam os salários mais compensativos.

No Brasil, porém, essa unificação se vem fazendo com prejuízos do Norte, pois, como resultante dela e sua conseqüência inelutável, iniciou-se uma concentração de capitais e de mão-de-obra no Sul do país.

Mas o Norte não poderá progredir sem que se estimulem os investimentos naquela região.

Ora, os investimentos podem ser nacionais e estrangeiros.

Os estrangeiros só se verificam escudados em dois grandes elementos: a rentabilidade do capital e a conversibilidade dos lucros.

A rentabilidade é avaliada pelos lucros possíveis, e a conversibilidade se afere pela possibilidade de serem êsses lucros remetidos para o país de origem.

A conversibilidade é hoje praticamente diminuta, o que torna por demais problemático o incremento das aplicações estrangeiras no Brasil. Restam, pois, os investimentos nacionais, de vez que a êsses só interessa a rentabilidade do capital.

Mas a rentabilidade é fator das possibilidades do mercado.

E o mercado do Norte não é promissor.

Econômicamente, os investimentos no Norte do país resultariam, pois, prejudiciais; assim, seriam desaconselháveis.

Contudo, há que distinguir entre as aplicações de capitais privados e aplicações de capitais públicos.

Os particulares investem para auferir lucros que se traduzam em termos monetários; conseqüentemente, não podem fazê-lo com desrespeito aos princípios econômicos que condenam empreendimentos, onde seja escassa ou inexistente a probabilidade de lucros.

Mas os empreendimentos estatais visam a outra espécie de lucro; a sua rentabilidade é de caráter social e, assim, onde os particulares não se aventuram, talvez o tenha de fazer o govêrno.

Com efeito, a concentração crescente de capitais no Sul do país acarreta duas conseqüências funestas: desinvestimentos e fuga de mão-de-obra.

Os desinvestimentos se verificam pela extinção de certas atividades, uma vez que não podem concorrer com atividades idênticas que, no Sul, são realizadas a muito menores preços de custo; a fuga da mão-de-obra se verifica pelas maiores oportunidades de colocação e salários mais elevados que o Sul pode oferecer.

Todavia, em virtude dos desinvestimentos verificados no Norte, sofrerá a economia geral do país, porque essa descapitalização terá de ser subtraída das aplicações totais efetivadas em tôda a extensão do território nacional: é perda de patrimônio e não apenas mutação patrimonial.

Ademais, por ação dos desinvestimentos e da escassez da mão-de-obra, perderia o Norte seus capitais de base, isto é, os capitais aplicados em portos, estradas, cidades, etc. . .

Isso tudo, evidentemente, conduziria o Norte a um verdadeiro colapso.

Ora, assim como um órgão infectado altera a higidez do corpo inteiro, uma zona em colapso econômico acarreta, fatalmente, perturbações econômicas graves, nas outras que com ela se correlacionam: o Sul não poderia continuar seu ritmo de progresso, tendo ao lado o Norte exângue.

Assim, é de necessidade geral promover iniciativas que tendam à fixação do trabalhador no Norte do país. Ora, desde que aos particulares não se apresentem condições propícias, pela diminuta rentabilidade dos capitais ou mesmo escassez dela, cumpre ao Estado investir, na preocupação exclusiva da produtividade marginal social.

E' assim que se justificam empreendimentos da natureza dos que se verificaram e se devem ainda verificar com a "Valorização Econômica da Amazônia", ou com a "Vale do S. Francisco", de iniciativas puramente governamentais.

Se o Estado não puder investir diretamente, ou não lhe convier fazê-lo, no momento, poderá criar condições de estímulo para que os particulares tomem a iniciativa das aplicações.

E' claro que isso teria de ser feito, de forma a que a pequena rentabilidade provável das aplicações no Norte fôsse compensada por certas vantagens concedidas pelo Estado, a fim de eliminar as grandes diferenças entre os preços de custo ocorrentes ali, e os fixados na zona Sul. Tais vantagens poderiam consistir em isenção de impostos, privilégio de zona, subvenções, garantias de juros etc...

\* \* \*

A elevação do padrão de vida resulta do aumento da renda "per capita", aliada a uma distribuição equitativa da renda global, de modo a que não se concentre a maior parte da riqueza em pequena percentagem da população.

Sòmente a industrialização intensiva poderá conduzir a êsse objetivo.

Conseqüentemente, a elevação do padrão de vida das populações do Norte do país está na dependência dos investimentos que ali terão de ser feitos.

Mas em que gênero de atividade deverá ser estimulada a aplicação de capitais particulares ou feitos os investimentos estatais no Norte?

Evidentemente, ainda que sobrelevando os interesses sociais, nem todos os investimentos do governo seriam sempre aconselháveis: há um limite que nem mesmo ao Estado é dado ultrapassar.

Os investimentos justificados e úteis, da parte do governo, são apenas aqueles necessários para evitar o ponto de ruptura no sistema econômico.

Ora, qualquer que seja a atividade industrial focalizada, é forçoso reconhecer que o Sul apresenta melhores condições que o Norte, para atração de capitais; daí a conclusão desalentadora de que nenhuma atividade industrial poderia ser ali tentada com segurança de êxito, que advém da rentabilidade compensadora.

E não se torna, realmente, coisa fácil de decidir.

A solução do problema exigiria meditados estudos, a fim de verificar, entre as atividades a que o Norte poderá dedicar-se, quais aquelas em que se encontra êle menos afastado, em preço de custo, de suas congêneres do Sul.

Sòmente a essas se dedicaria êle.

Ressalta, de imediato, que, oferecendo o Norte uma vantagem incontável, como a de mão-de-obra mais barata, ser-lhe-iam mais adequadas as indústrias leves, cabendo ao Sul as indústrias pesadas, que exigem maiores capitais.

E' óbvio que, nessa especialização entre o Norte e o Sul, ter-se-ia de voltar ao *status* de economia internacional, quando, em virtude de uniões aduaneiras, cada país se dedica a um ramo de produção, promovendo-se o intercâmbio comum.

O Norte, pelo menos no estado atual, não tem possibilidades de desenvolver uma economia industrial competitiva com o Sul. Suas atividades econômicas poderiam ser, quando muito, complementares daquelas que se realizam no Sul do país.

Com efeito, as deficiências oriundas dos preços de custo majorados só poderiam ser desprezadas, na hipótese em que o mercado interno tivesse capacidade para absorver o total da produção das duas zonas.

Ainda nesse caso o Sul se avantajaria, porque o preço de venda seria nivelado pela produção do Norte, sofrendo o consumidor.

Mas o fato é que êsse mercado não existe de forma apreciável.

E' verdade que está sendo gradativamente ampliado; entretanto, no presente, não poderia intervir com seu poder de absorção, em benefício do Norte.

Todo mercado de consumo é proporcional à capacidade de aquisitiva das populações.

Não há mercado bom, quando a população é pequena, ou quando a população é pobre.

Ora, para cêrca de 56 milhões de habitantes, no Brasil, o Norte possui, aproximadamente, 15 milhões. Sua deficiência populacional é evidente.

Quanto à riqueza, se, no Sul, a renda "per capita" ascende a mais de 13 mil cruzeiros, como acontece no Distrito Federal, no Norte ela atinge ao limite inferior de todo o país, como acontece no Piauí, com mais ou menos mil e duzentos cruzeiros. Logo, em poder aquisitivo, ainda é o Norte deficiente.

O Norte, muito menos povoado e muito mais pobre que o Sul, não poderá com êsse competir na industrialização, a menos que se distingam as especialidades.

E é preciso que isso se faça, para que o desajustamento se elimine.

A unidade política do Brasil está intimamente relacionada com o progresso econômico do país. Quanto mais se distanciar o Sul das condições econômicas do Norte, mais difícil se tornará manter essa unidade.

O Norte e o Sul precisam ajustar suas economias para que se completem, uma vez que tais economias não se podem tornar paralelas, nem concorrentes.

Esse ajustamento, contudo, deverá ser feito na base da industrialização, retirando-se ao Norte o caráter de mero fornecedor de matéria-prima.

Essa é a situação dos países coloniais, face às metrópoles e, evidentemente, não se poderia atribuir essa situação ao Norte, face às indústrias do Sul.

O Brasil é uma federação política; mas suas características prenunciam para êle o estágio final de uma confederação econômica.

#### SUMMARY

1. *The characteristic features of the Brazilian economy to-day are the speed and the variety of its changes without any fixed direction*
2. *Income per capita as an index of development is merely relative, giving no indication of income distribution.*
3. *The U.N. definition is that an underdeveloped country is one whose resources are to a great extent under employed in relation to their technical possibilities. In this respect, Brazil is under-developed.*
4. *While economic growth consists in raising income per capita, economic development consists in closing the gap between the income per capita of a poor country and that of a rich country. In this respect, Brazil is in a stage of accelerated growth.*
5. *The rhythm of expansion, which varies from country to country, must inevitably conform with the economic structure of a country. Ends should be adjusted to means, to the internal capacity of the country; hence, the need for planning.*
6. *Penetration in Brazil was disorganized, resulting in isolated centres linked only with the coast. Increasing industrialization led to protectionism, stimulating internal exchange and being a step towards economic integration. Economic integration produces a better distribution of production and labour. This unification has resulted in the transference of capital and labour from North to South.*
7. *Foreign investment depends on: (a) the profit rate on capital; (b) the convertibility of profits, which is much restricted. On the other hand, home investment depends only on (a).*
8. *Private investment occurs only when the profit rate is attractive enough, while public investment has primarily a social aim.*
9. *Growing concentration of capital in the South has had two unfavourable consequences, in the North: disinvestment, owing to inability to compete with the South, and the southward migration of labour. Owing to the nature of this situation, State investment is called for in the North on the basis of social marginal productivity. Private investment can also be stimulated by special measures.*
10. *A rise in the standard of living results from an increase in income per capita, subject to an equitable distribution of income, which calls for industrialization.*
11. *Government investment in the North is justifiable only to the extent that it prevents a total collapse of its economy. Although the South offers better conditions for industrialization, the North can establish light industries based on its cheap labour, as a complement of the South.*
12. *The consumers' market, although a growing one, would not be able to absorb the whole production of both North and South. Population and income in the North are very low, and therefore it cannot compete. North and South should adjust their economies so as to complement one another, on the basis of industrialization.*
13. *Brazil is a federal state. Yet its characteristics show a trend towards an economic confederation.*